

# Reinações da censura

Denúncia contra obra de Monteiro Lobato serve ao politicamente correto e subestima o discernimento de alunos e professores

MARCIA CAMARGOS

A recente denúncia à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial contra *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, para que não seja adotado nas escolas por conter termos considerados abusivos e racistas, causa espanto e suscita uma série de reflexões. Não cabe, aqui, reiterar a importância de Lobato como fundador da literatura infantil nacional. Nem evocar sua trajetória de cidadão empenhado em campanhas para modernizar o Brasil. Interessa, sim, perguntar por que um livro deveria ser proibido por trazer posturas tidas como “politicamente incorretas”. Ou seja, banir um clássico do início do século 20 por não rezar pela cartilha do que hoje defende-se como apropriado é negar os princípios básicos da narrativa ficcional. Esta, a rigor, reflete as contradições e a mentalidade de uma época.

“Escrever é gravar reações psíquicas. O escritor funciona qual antena – e disso vem o

valor da literatura. Por meio dela, fixam-se aspectos da alma dum povo, ou pelo menos instantes da vida desse povo”, registrou Lobato, em 1933, no prefácio de *Na Antevéspera*. Assim, coibir uma obra é obstruir o radar de que fala o autor. Mais do que isso, é negar o caráter educativo e pioneiro dos enredos que trouxeram, como uma das protagonistas, a afável Tia Nastácia, detentora do saber popular, figura com destaque e voz própria ao longo das páginas. Além das delícias culinárias, das mãos mágicas da cozinheira saiu Emília, a boneca irreverente e desbocada. Feita de pano, sobre ela não pesam as cobranças e compromissos com o mundo real. Aí reside sua graça e o dom de cativar os leitores. Personagem de pura imaginação, foi adquirindo independência, a ponto de escapar ao controle do criador. “Quando escrevo um desses livros, ela me entra nos dois dedos que batem as teclas e diz o que quer, não o que eu quero”, revelou Lobato ao amigo e correspondente Godofredo Rangel em carta de 20 de fevereiro de 1943.

De resto, por mero detalhe cronológico, *Caçadas de Pedrinho* não poderia ter “deixado para trás as regras de políticas públicas para as relações étnico-raciais”, conforme registrou Antonio da Costa Neto, servidor da Secretaria da Educação do Distrito Fede-



Caçado. Secretaria viu racismo no livro

ral, por ter sido publicado mais de meio século antes delas serem estipuladas. Normas, aliás, que deveriam servir para incentivar o debate em sala de aula, e não encobrir assuntos tidos como delicados. Pois, ao contrário do que alega o autor da moção, os professores não são incapazes nem despreparados para lidar com situações deste tipo. Eles têm bom senso e critérios de julgamento para elaborar as informações, e muito provavelmente cresceram lendo ou assistindo às aventuras do Sítio do Picapau Amarelo. Decerto saberão analisar o contexto em que o livro surgiu, quando pegar passarinho silvestre e matar onça pintada não consistiam crimes contra o meio ambiente. Os estudantes tampouco são receptáculos sem autonomia nem valores. Lobato, inclusive, já defendia que a criança é dotada de inteligência e discernimento. Infantilizá-la, varrendo para

baixo do tapete temas polêmicos, é desprezar sua capacidade de escolha e minar o desenvolvimento do seu espírito crítico.

Vale, aqui, um lembrete: não é a primeira vez que Lobato sofre censura. Em 1957, o padre Sales Brasil, que combatia ferozmente o escritor, exortava os católicos a evitarem suas histórias, por induzirem os pequenos a “doutrinas comunistas”. Antes disso, o inventor de Narizinho e sua turma experimentara a perseguição do governo de Getúlio Vargas. Após receber indulto presidencial e sair da cadeia na qual amargara três meses de prisão por “cismar em dar petróleo ao País”, fora vítima de outra violência contra a liberdade de expressão. Ofício do Tribunal de Segurança Nacional, expedido em 28 de junho de 1941, pedia ao chefe de Polícia que mandasse apreender e destruir os exemplares de *Peter Pan* à venda no Estado. A ordem baseava-se em parecer do procurador Clóvis Krüel de Moraes, emitido em resposta à queixa do então diretor da Receptoraria Federal do Ministério da Fazenda em São Paulo, que protestava contra o conteúdo subversivo dos seus textos infantis. Recomendava que, a par da interdição das atividades petrolíferas do “homem do Jeca Tatu”, se proibisse a circulação dos seus livros destinados à infância.

Agora, em pleno terceiro milênio, parece mais fácil vetar um clássico, abrindo um perigoso precedente rumo ao obscurantismo, do que criar condições para que educadores e alunos possam ler criticamente qualquer produção cultural. Permitiremos que Lobato volte às fornalhas justo pela mensagem libertária e inconformista que sempre transmitiu?

\*  
MARCIA CAMARGOS É ESCRITORA COM PÓS-DOUTORADO EM HISTÓRIA PELA USP E ESPECIALISTA EM MONTEIRO LOBATO, SOBRE QUEM TEM DIVERSOS LIVROS E ARTIGOS PUBLICADOS